



Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Departamento de Economia

Monografia de conclusão de curso

**Os Impactos do poder judiciário no spread bancário, seria a
leniência do sistema jurídico brasileiro um fator importante para o
elevado spread?**

Antonio Gabriel dos Santos Ferreira

Matrícula 1612699

Orientador: Yvan Becard

Rio de Janeiro, 30/06/2021

Antonio Gabriel dos Santos Ferreira

Os Impactos do poder judiciário no spread bancário, seria a leniência do sistema jurídico brasileiro um fator importante para o elevado spread?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para obtenção de título de Bacharel
em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro – PUC RJ
Orientador: Yvan Becard

Rio de Janeiro, 30/06/2021

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realiza-lo a nenhuma forma de ajuda, exceto quanto autorizado pelo orientador

Agradecimentos

Ao orientador, Yvan Becard, pela grande contribuição à monografia.

Ao meu pai, Antonio de Pádua Ferreira, minha mãe, Rosimary Pereira dos Santos e minha irmã, Analice dos Santos Ferreira pelo amor e apoio constantes.

A PUC-Rio e todos os seus professores pelo maravilhoso ensino.

Aos amigos pelo constante apoio e por fazer toda essa caminhada ser mais leve.

Ao professor José Márcio Camargo por ter me introduzido ao assunto, além de fornecer uma cópia do livro da FEBRABAN.

SUMÁRIO

Resumo	6
Abstract	7
1. Introdução	8
1.1 A leniência do sistema jurídico	9
1.2 Impactos da leniência	10
1.3 Impactos dos resultados para o Brasil	10
1.4 Outros tópicos relevantes dentro da discussão	10
2. Motivação	11
2.1 Importância da democratização do crédito	11
2.2 A evolução do spread bancário no Brasil e em outros países ao redor do mundo	12
2.2.1 Divisão de grupos	13
2.2.2 Brasil x Países Latino-Americanos	13
2.2.3 Brasil x países desenvolvidos	14
2.2.4 Brasil x BRICS	16
2.2.5 Brasil x países em desenvolvimento	17
2.2.6 Conclusão das comparações	17
3. Revisão da literatura	18
3.1 Determinantes do Spread bancário	18
4. Dados	20
4.1 Spread Bancário	20
4.2 Margem financeira	21
4.3 Custos administrativos	23
4.4 Impostos	23
4.5 Taxa de inadimplência	24
4.6 Competitividade	25
4.7 Leniência	26

4.7.1 Obtendo Crédito	26
4.7.2 Indicador de força dos direitos legais.....	26
4.7.3 Resolvendo a insolvência	27
4.7.3.1 Tempo e Custo	27
4.7.3.2 Taxa de recuperação	27
5. Metodologia.....	28
5.1 Determinantes do spread bancário	28
5.2 Impacto da leniência na equação dos determinantes do spread	29
5.3 Impacto da leniência nos determinantes do spread bancário	30
6. Resultados	31
6.1 Resultados do Impacto dos indicadores na equação dos determinantes do spread.....	33
6.2 Resultados do Impacto dos indicadores nos determinantes do spread bancário	35
6.3 Impactos dos resultados para o Brasil	37
6.4 Competição bancária	41
7. Conclusão	42
8. Referências	43

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar os impactos do sistema jurídico no spread bancário e, dado esses, evidenciar que o Brasil precisa levar em conta as questões com relação a leniência com o mal pagador no país quando se fala em formular políticas que visam a redução do spread bancário. É evidenciado que existe impacto direto e indireto vindo do sistema jurídico por meio de indicadores relevantes e que, quando olhamos para o Brasil, esses indicadores apresentam valores baixos quando comparados aos de outros países.

Abstract

The presente work aims to demonstrate the impacts of the legal system on the banking spread and, given these, to show that Brazil needs to take into account the issues related to leniency with the bad debtor in the country when it comes to formulating policies aimed at reducing the banking spread. It is evidenced that there are both direct and indirect impacts coming from the legal system through relevant indicators and that, when we look at Brazil, these indicators show low values when compared to other countries.

1. Introdução

Dadas as taxas de empréstimo no mercado brasileiro, muito se fala sobre o alto spread bancário existente no país. O assunto se tornou tão relevante que em 2019 a FEBRABAN lançou a primeira versão do livro “Como fazer os Juros serem mais baixos no Brasil”, o qual levantou muitas polêmicas, principalmente com relação a tão dita baixa competitividade dos bancos no Brasil.

No livro a FEBRABAN apresenta vários fatores que fazem com que o spread brasileiro seja tão alto, se utiliza inclusive de um trabalho do BACEN para demonstrar quais são os principais determinantes de spread bancário.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho não é destrinchar o spread e falar sobre seus determinantes em geral, claro que isso se mostra inevitável, mas o verdadeiro objetivo do trabalho é demonstrar que existe algo que não é muito explorado, e que impacta esses determinantes, afinal o estudo desses determinantes já é bem extenso.

O fato é que o grau de leniência do sistema jurídico com o mal pagador pode impactar diretamente e indiretamente (via outras variáveis) o spread bancário, sendo assim é de extrema importância falar sobre o assunto. O objetivo deste trabalho é, portanto, demonstrar que o grau de leniência é importante para a determinação do spread e que um possível grau elevado no Brasil pode ser um dos causadores para o tão elevado spread bancário.

O presente trabalho também vai entrar na questão da competitividade bancária, a fim de contribuir com essa discussão que parece tomar conta da fala sobre o spread.

Os efeitos a serem analisados não tem como objetivo serem precisos no âmbito do consumidor, assim como não é sobre explicar mudanças nos spreads dos países ao longo do tempo, mas sim evidenciar uma questão estrutural dos juros, ou seja, com esse trabalho minha proposta é simplesmente agregar na discussão do spread, demonstrando que a proteção dada ao mal pagador é um fator a ser levado em conta quando se fala em políticas que buscam reduzir o spread.

1.1 A leniência do sistema jurídico

Nesse trabalho, quando se falar em leniência do sistema jurídico, os seguintes pressupostos estão sendo levados em conta:

- 1- O sistema jurídico tem como um dos objetivos dentro do mercado de crédito, garantir que o credor receba seu pagamento.
- 2- Na medida em que não se garante o pagamento da obrigação, assume-se que o sistema estará sendo leniente com o mal pagador, pois a probabilidade de ele ter que cumprir sua obrigação é menor.

Dados os pressupostos, essa monografia tem como objetivo analisar os efeitos da leniência no spread bancário diretamente, levando em conta os demais determinantes, e também indiretamente, fazendo uma análise do impacto dessa leniência nas principais variáveis que determinam o spread bancário.

Vale ressaltar que “garantir que o empréstimo seja pago”, não significa abandonar o devedor e olhar somente para o lado do credor. De fato, tem que se chegar a um acordo para que a dívida seja quitada sempre, mas também é necessário olhar para o lado do devedor em certas situações, a fim de garantir que ele cumpra com suas obrigações dentro das suas capacidades. O ponto das premissas descritas acima é que uma leniência muito alta com o mal pagador implica em ele não ter que pagar suas obrigações, já que ele vai ser protegido pelo sistema jurídico, o que por sua vez pode acabar prejudicando o sistema financeiro por inteiro, já que a expectativa dos bancos será afetada pelo ato do excesso de proteção. Também é importante dizer que garantir que a obrigação seja paga, sem garantir que esse pagamento venha do devedor também pode ser prejudicial.

Todas essas afirmações e premissas tem como base a ideia de que o pagamento de uma obrigação não ocorrerá caso o custo de não pagar a obrigação seja menor que o custo de paga-la. Em um sistema eficiente situações como essa não vão ocorrer e, como bem passado pelas ideias de Douglass North, um sistema financeiro eficiente só se dá com instituições eficientes, e isso inclui o judiciário, que dentro do sistema de crédito precisa garantir que as obrigações serão cumpridas.

1.2 Impactos da leniência

Espera-se que um sistema jurídico mais leniente, ou seja, aquele que garante menos que o credor irá receber seu pagamento tenha uma taxa de inadimplência associada a ele maior e, portanto, um spread bancário maior.

Entretanto, vale tentar entender se existe alguma relação com as outras variáveis que compõem o spread bancário, assim como se existe uma relação diretamente com o spread.

Avaliar a relevância da variável a ser analisada é de extrema importância para futuros trabalhos sobre o spread, assim como propostas e políticas envolvendo a diminuição do mesmo, afinal o objetivo sempre será a democratização do crédito, algo que ainda não acontece no Brasil.

1.3 Impactos dos resultados para o Brasil

Os resultados obtidos nesse trabalho vão, portanto, indicar para quais pontos a mais a discussão do spread no Brasil tem que olhar. Muito se fala sobre competitividade e lucratividade dos bancos, mas o fato é que esses não são os únicos fatores que importam na composição do spread.

O Brasil apresenta spreads absurdos se comparado a outros países, porém os indicadores de lucratividade e de competitividade não demonstram, sozinhos, diferenças proporcionalmente absurdas as do spread quando comparados a outros países (fonte de dados The Global Economy e World Bank Group), mas isso será melhor analisado mais à frente.

Sendo assim, os resultados obtidos no presente trabalho podem ajudar o Brasil a olhar para outros aspectos que impactam o spread, e que precisam de atenção, a fim de tornar a democratização do crédito possível algum dia.

1.4 Outros tópicos relevantes dentro da discussão

Como era de se esperar, ao me envolver na discussão sobre o spread bancário, questionamentos sobre lucratividade e competitividade dos bancos não poderão faltar, sendo assim, o presente trabalho busca também abordar esses aspectos do spread

demonstrando que eles são relevantes sim, mas que eles sozinhos não vão conseguir explicar porque o Brasil possui um spread tão elevado.

2. Motivação

A motivação do trabalho surge na medida em que, para que um país cresça, se desenvolva e tenha seus níveis de desigualdade e pobreza reduzidos, é muito importante um sistema de crédito democratizado. Dessa forma os agentes poderão alocar o dinheiro no tempo de forma que seja mais eficiente para cada um, gerando ganhos para a sociedade como um todo.

2.1 Importância da democratização do crédito

Um mercado de crédito eficiente significa dizer que os juros são tais que o empréstimo é acessível para toda a população, no trabalho de Silvia Duarte e col. (2017) são mostradas duas coisas importantes, primeiro que a democratização do crédito reduz a pobreza pois possibilita a inclusão financeira dos pobres, segundo que investir esse dinheiro emprestado em educação também faz com que a pobreza reduza ainda mais, sendo essa a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade, algo que no Brasil precisa ser feito. Além disso, vale lembrar o investimento em educação gera crescimento no longo prazo.

O trabalho de Ross Levine (2004) também é outro exemplo de demonstração da importância de um bom sistema financeiro, na medida em que ele impacta positivamente em crescimento econômico.

Sem o colateral necessário firmas menores ou pessoas mais pobres não conseguem empréstimos a juros suficientemente baixos, tais que possibilitem um investimento em novos negócios ou até em educação. Os juros baixos acabam sendo exclusivos para empresas de maior porte no Brasil ou para pessoas ricas, o que torna extremamente difícil competir e crescer.

O spread bancário é um dos responsáveis por travar o crescimento e o desenvolvimento, assim como a resolução das questões de desigualdades presentes

no Brasil. Dada tamanha importância do fator, a FEBRABAN iniciou uma discussão extremamente relevante para o país.

Em seu livro “Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil”, a FEBRABAN dá como os principais vilões para o spread a inadimplência, as altas despesas administrativas, altos tributos, a alta demanda por crédito e chega a falar na insegurança jurídica. Para eles a concentração bancária não é o maior problema, pois há competitividade, embora eles não sejam contra um aumento nessa competitividade.

O impacto principal do sistema jurídico é, a princípio, na inadimplência, mas é possível que vá além disso. Custos administrativos também impactam o spread, e tais custos podem sofrer influência do jurídico por exemplo.

Dado isso, surge a motivação para o trabalho, verificar se o sistema jurídico brasileiro realmente contribui de forma significativa para o spread que temos.

Antes de mais nada, é necessário evidenciar o quão preocupante é a questão do spread, e para isso será feita uma comparação do Brasil com diferentes países.

2.2 A evolução do spread bancário no Brasil e em outros países ao redor do mundo

A fim de comprovar a tese de que o Brasil possui níveis de spreads mais elevados do que a maioria dos países é importante analisar a evolução do spread bancário brasileiro e compara-lo com o de outros países de diferentes grupos.

Para fazer isso foram retirados dados anuais sobre o spread bancário da plataforma do FMI, da plataforma The Global Economy e alguns poucos da plataforma Trading Economics.

Os dados do World Bank são baseados nos dados do FMI, logo ambas são iguais e tanto os da The Global Economy quanto os da Trading Economics foram comparadas a do FMI para verificar se os dados eram compatíveis, e como eram utilizei ambas para completar alguns dos dados que faltavam na do FMI.

O spread bancário foi calculado levando em conta que o spread é dado pelas taxas de empréstimo subtraídas pelas taxas de depósito, que são as taxas que os bancos pagam aos clientes titulares de contas de depósito, além disso os dados vão de 1997 até 2019 nessa etapa de comparação de spreads ao longo da história. Apesar

de já existirem os dados de 2020, esses não foram levados em conta a fim de evitar qualquer viés ocasionado pelo COVID-19.

2.2.1 Divisão de grupos

A divisão de grupos foi feita da seguinte maneira:

- 1- Países da América Latina;
- 2- Países desenvolvidos;
- 3- BRICS;
- 4- Países em desenvolvimento.

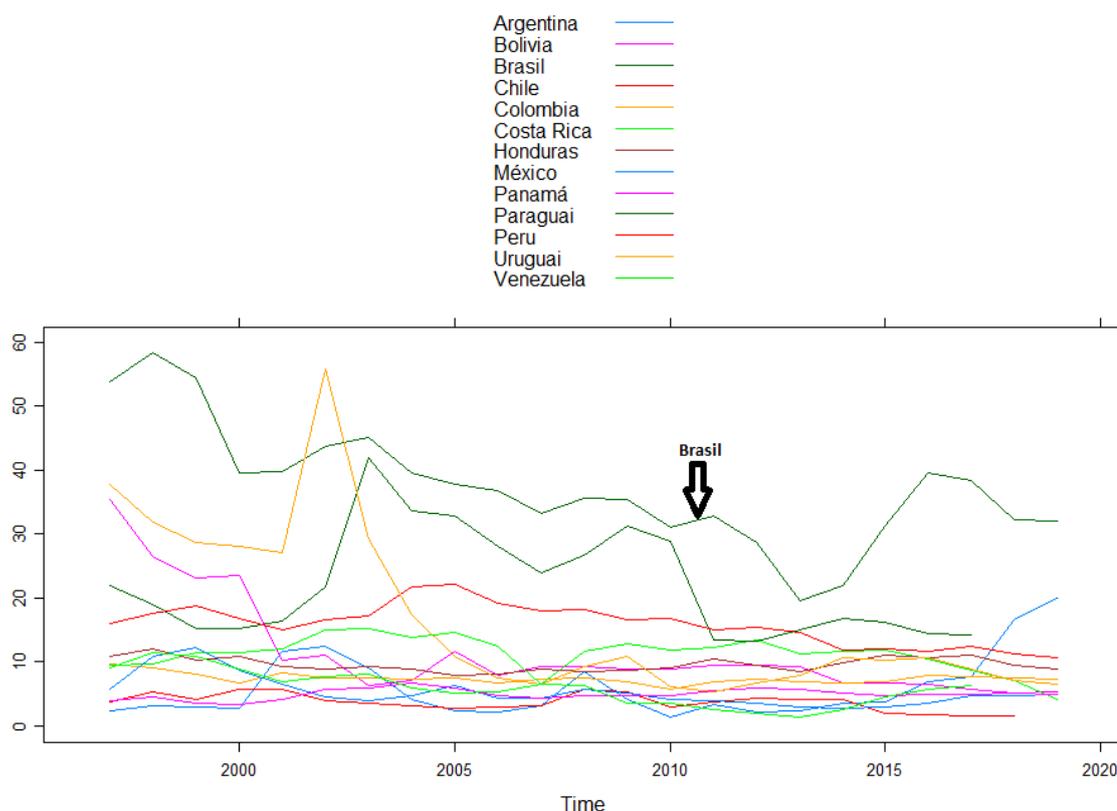
Para os países desenvolvidos e países em desenvolvimento o indicador utilizado não foi o IDH, mas sim a renda per capita dos países, dessa forma os países desenvolvidos selecionados possuem uma renda per capita muito acima do nível da brasileira e os países em desenvolvimento possuem uma renda per capita mais próxima a brasileira.

Os dados sobre renda per capita levados em conta foram as estimativas de 2019 feitas pelo FMI apresentadas na Wikipedia.

2.2.2 Brasil x Países Latino-Americanos

Primeiramente é de boa prática comparar o Brasil com países que se encontram em realidades parecidas, seja por renda per capita, localização, realidade ou forma de governo, olhar para os países latino-americanos é essencial para a discussão do spread.

Gráfico 1 - Brasil x Países Latino-Americanos



Olhando para esse gráfico fica claro que o Brasil foi durante quase todo o tempo o campeão no spread bancário. O único momento onde o Brasil tem o segundo lugar é no ano de 2003 quando o Uruguai, que também apresenta taxas bem altas, teve um spread de 55,80 pontos percentuais e o Brasil um de 43,73. O Paraguai também apresenta spreads bem altos durante sua trajetória, mas ainda assim não chega ao nível apresentado pelo Brasil.

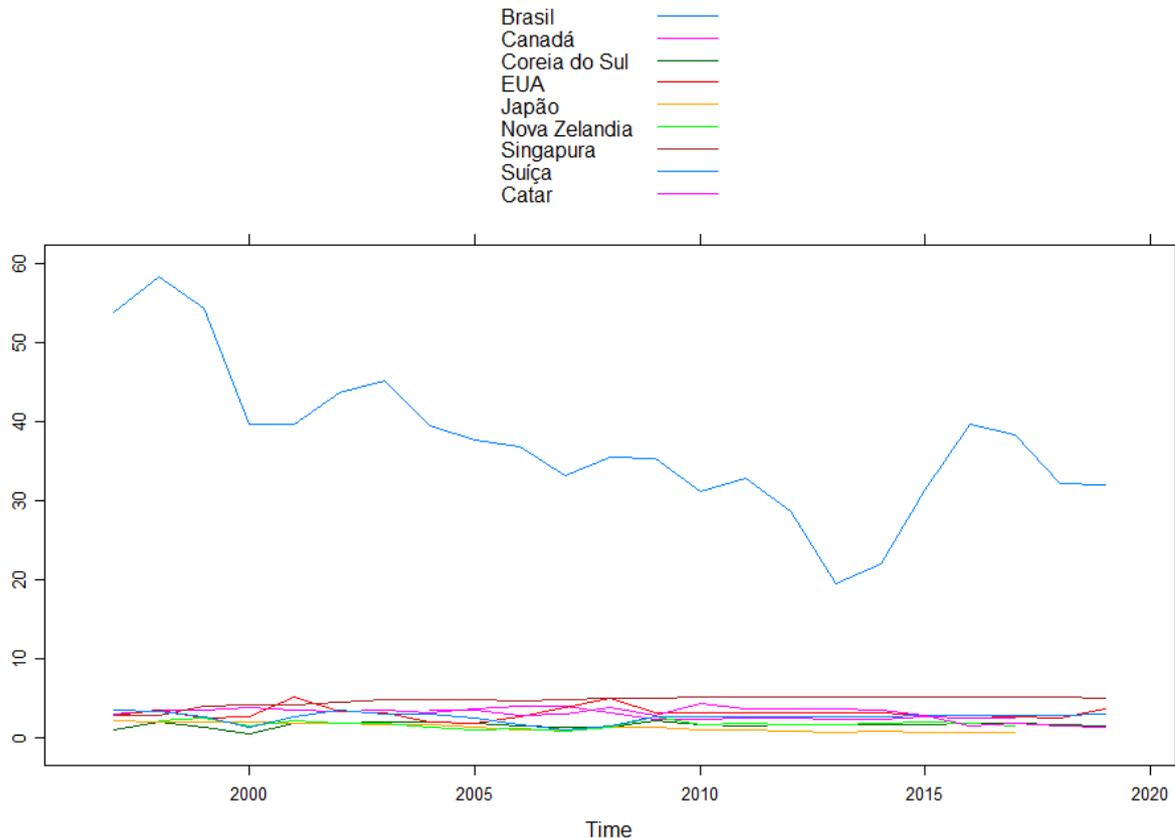
O mais fascinante do gráfico é que a maioria dos países conseguiu diminuir seus respectivos níveis de spread (aumentando as taxas de depósito, diminuindo as de empréstimo ou ambos) enquanto o Brasil apresentou dificuldades ao longo de sua trajetória. Até países com um menor nível de renda per capita que o Brasil (como a Colômbia) conseguiram. Isso já começa a indicar que a renda per capita em si, que em geral é um bom indicador para o nível de desenvolvimento do país, não explica tais fatos.

2.2.3 Brasil x países desenvolvidos

Fiz questão de trazer em conta a questão da renda per capita não ser tão relevante, pois a próxima comparação pode fazer com que muitos pensem o contrário,

de fato um país com maior renda per capita vai ter um mercado financeiro mais bem estruturado, de forma que o spread provavelmente é menor, mas ela não é um dos principais fatores para a formação do spread bancário.

Gráfico 2 - Brasil x Países Desenvolvidos



Nesse gráfico é evidente como o nível de spread brasileiro está longe dos demais países considerados desenvolvidos. Enquanto nenhum dos desenvolvidos apresenta um nível de spread maior do que 10 pontos percentuais ao longo de sua trajetória, o Brasil não apresenta em nenhum momento um nível de spread abaixo dos 10 pontos percentuais.

Vale mencionar agora que o spread dos EUA foi calculado de forma diferente dos demais países. Nas fontes utilizadas não existem dados sobre as taxas de depósito dos Estados Unidos, então foi necessário encontrar algo que a substituísse.

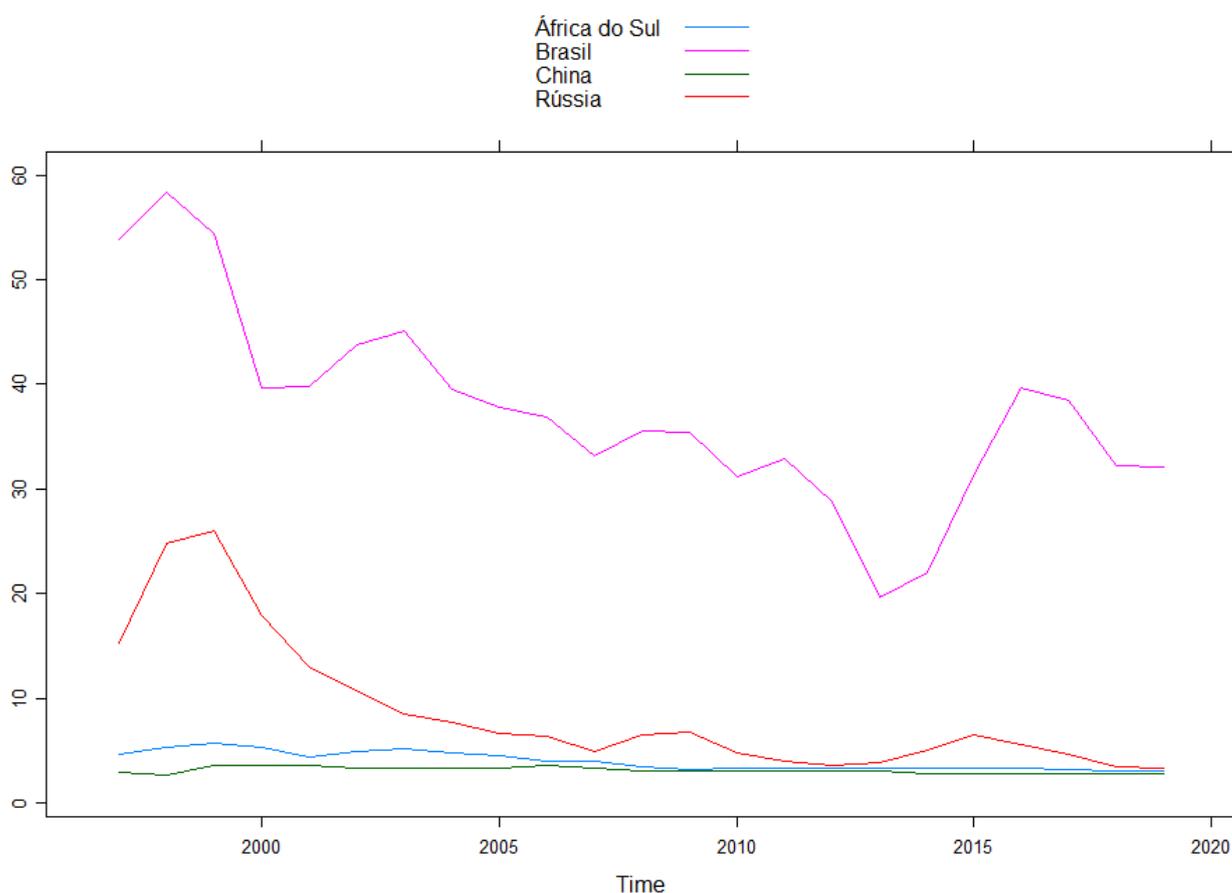
Primeiro foi feita uma pesquisa sobre o histórico das CD (Certificate of Deposit) rates no país, mas a questão é que existem as de 6 meses, 1 ano e 5 anos, então o mais confiável foi uma publicação feita por Lauren Perez na plataforma Deposit Accounts que mostra que historicamente as CD rates acompanham a Federal Funds rate, que é a taxa de política monetária do FED.

Sendo assim foram utilizadas as taxas de política monetária para o cálculo do spread bancário nos EUA.

2.2.4 Brasil x BRICS

Uma outra possível comparação pode ser feita com os países que compõem o BRICS, exceto a Índia.

Gráfico 3 - Brasil x BRICS



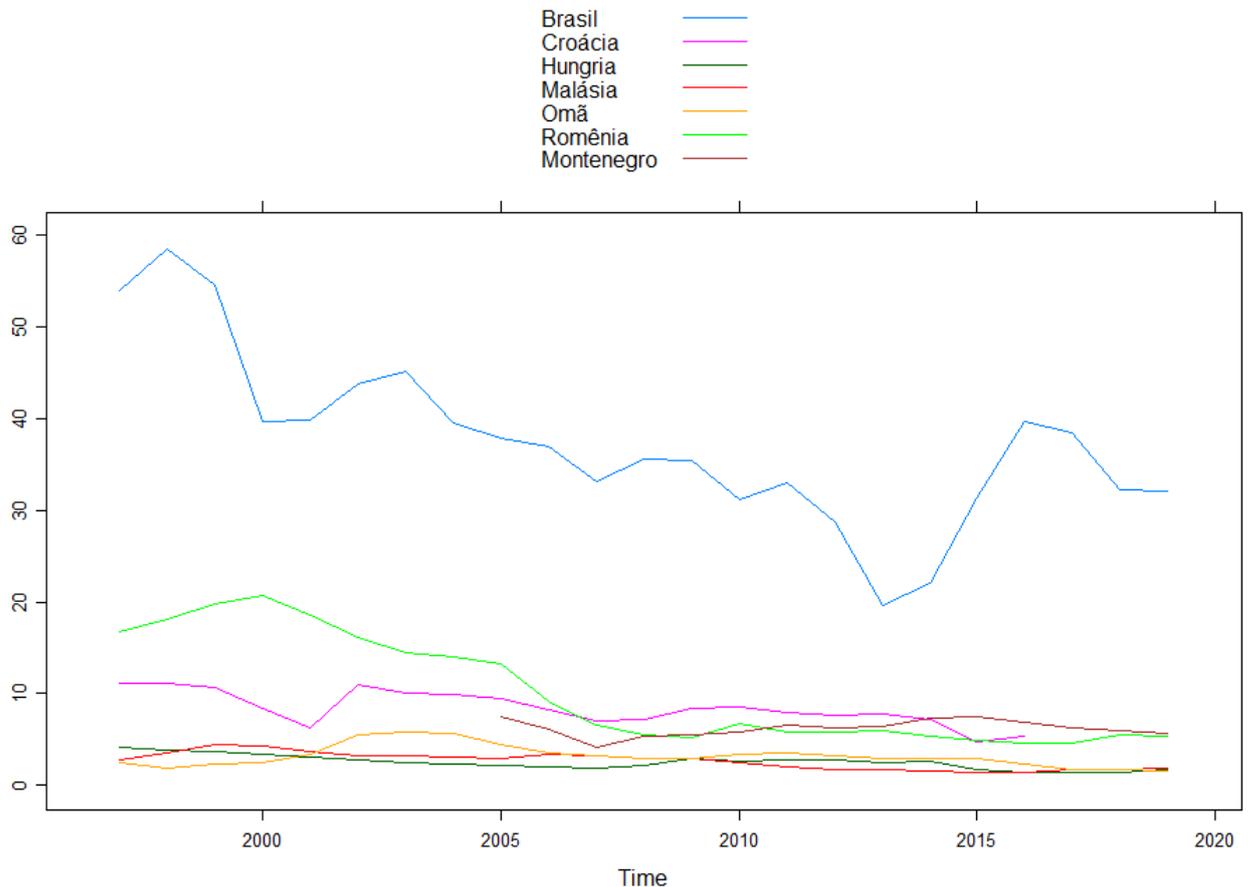
Novamente é possível ver um Brasil muito acima da média. A Rússia possuía um spread alto, mas conseguiu corrigi-lo.

A África do Sul ao longo de sua história apresenta taxas de empréstimo bem elevadas, mas as mesmas são compensadas por taxas de depósitos bem elevadas, por outro lado, o Brasil apresenta taxas de empréstimos bem elevadas, mas as taxas de depósito não seguem esse padrão, inclusive ficam muito parecidas com as taxas de depósito de todos os países que possuem essas taxas em um nível menor.

2.2.5 Brasil x países em desenvolvimento

O Brasil é um país em desenvolvimento, então faz sentido ser comparado com outros países em desenvolvimento fora os BRICS e fora da América Latina.

Gráfico 4 - Brasil x Países em Desenvolvimento



Esse gráfico leva e conta alguns países da Europa e da Ásia que possuem uma renda per capita não muito distante da brasileira.

Mais uma vez percebe-se que a renda per capita não é um fator principal para a determinação do spread bancário, pelo menos não diretamente, afinal mesmo esses países possuem um nível de spread significativamente menor que o nível apresentado pelo Brasil ao longo da história.

2.2.6 Conclusão das comparações

Dadas todas essas comparações e a importância de se ter taxas de empréstimo acessíveis para a população, é essencial que sejam apontadas as razões para tamanha diferença entre os spreads. Dessa forma mostra-se necessário aprofundar a

discussão sobre o spread bancário, a qual será iniciada falando sobre os determinantes do spread.

3. Revisão da literatura

3.1 Determinantes do Spread bancário

A primeira coisa a se fazer é destacar os determinantes do spread bancário. Em um estudo feito pelo Banco Central do Brasil a decomposição do custo de crédito foi apresentada, medida pelo ICC (Indicador de Custo de Crédito). Se o custo de captação for subtraído do ICC obtêm-se o spread do ICC.

O BCB então vai decompor o ICC e agrupar todos os itens em 5 componentes principais, sendo eles o custo de captação já mencionado, que diz respeito as despesas com pagamentos de juros das instituições financeiras, a inadimplência, já que de alguma for o banco tem que compensar o dinheiro que é perdido devido ela representa o risco que o banco corre em certas operações, o que aumenta a taxa dessas operações, as despesas administrativas que são as despesas com prestações de serviço, marketing e outros custos operacionais dos quais alguns dependem de mudanças legislativas e decisões judiciais, os tributos pagos sobre as operações de crédito pelos tomadores e pelas instituições financeiras, além das contribuições para o FGC (Fundo Garantidor de Crédito) e, por fim, a margem financeira do ICC, isto é, o lucro das instituições financeiras.

Gráfico 5 - Decomposição do ICC

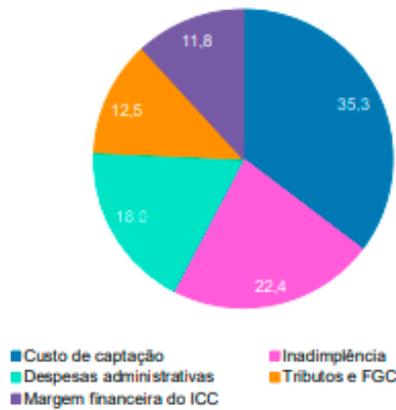


Imagem retirada do Relatório de economia bancária de 2019 do BCB.

Para obtermos o spread do ICC basta retirar os custos de captação, o spread é dado então pela inadimplência, pelas despesas administrativas, pelos tributos e pela margem financeira.

Gráfico 6 - Decomposição do spread do ICC

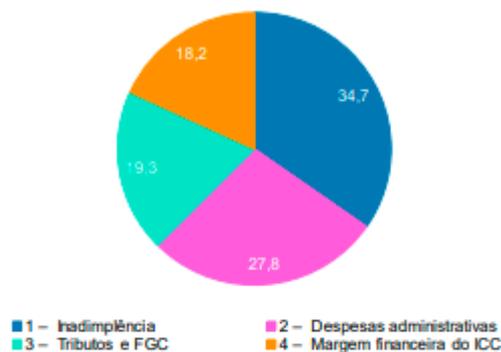


Imagem retirada do Relatório de economia bancária de 2019 do BCB.

Temos então quatro dos fatores que vão determinar o spread bancário nesse trabalho.

Além desses fatores, muito se fala sobre a competição bancária para a contribuição do spread, o que faz sentido, até porque o juro é o preço do dinheiro ao longo do tempo e sabe-se que com menor competitividade, maior é o poder de mercado, portanto maior é o preço.

Sendo assim, não somente por questões de análise, mas também porque a competição bancária deve influenciar no spread, a competitividade dos bancos nos países também será levada em conta.

Dessa forma obtemos o seguinte modelo para o spread:

Equação 1

$$\text{spread}_i = \beta_0 + \beta_1 \cdot \text{margemfinanceira}_i + \beta_2 \cdot \text{custosadministrativos}_i + \beta_3 \cdot \text{impostos}_i \\ + \beta_4 \cdot \text{inadimplência}_i + \beta_5 \cdot \text{competitividade}_i + u_i$$

Mas antes de entrar na metodologia propriamente dita vou apresentar os dados.

4. Dados

Os dados utilizados para o atual trabalho totalizaram uma amostra de 758 observações com 58 países que vão de 1999 até 2014. As plataformas utilizadas foram a do FMI, a do World Bank, a do World Bank Group Doing Business, a do Trading Economics e a do KPMG.

4.1 Spread Bancário

O spread bancário é a variável dependente, afinal, o objetivo é ver o impacto dos indicadores jurídicos no spread. Para a análise dessa monografia foram utilizados os spreads de 58 países.

Os dados vieram das mesmas fontes citadas anteriormente na evolução do spread, o que muda são apenas os países e, assim como na evolução do spread, os dados são anuais e o spread foi calculado diminuindo a taxa de depósito da taxa de empréstimo.

Vale mencionar que para a Índia e a Inglaterra foram utilizadas as taxas de juros básicas, assumindo que elas acompanham as de depósito, assim como a dos EUA.

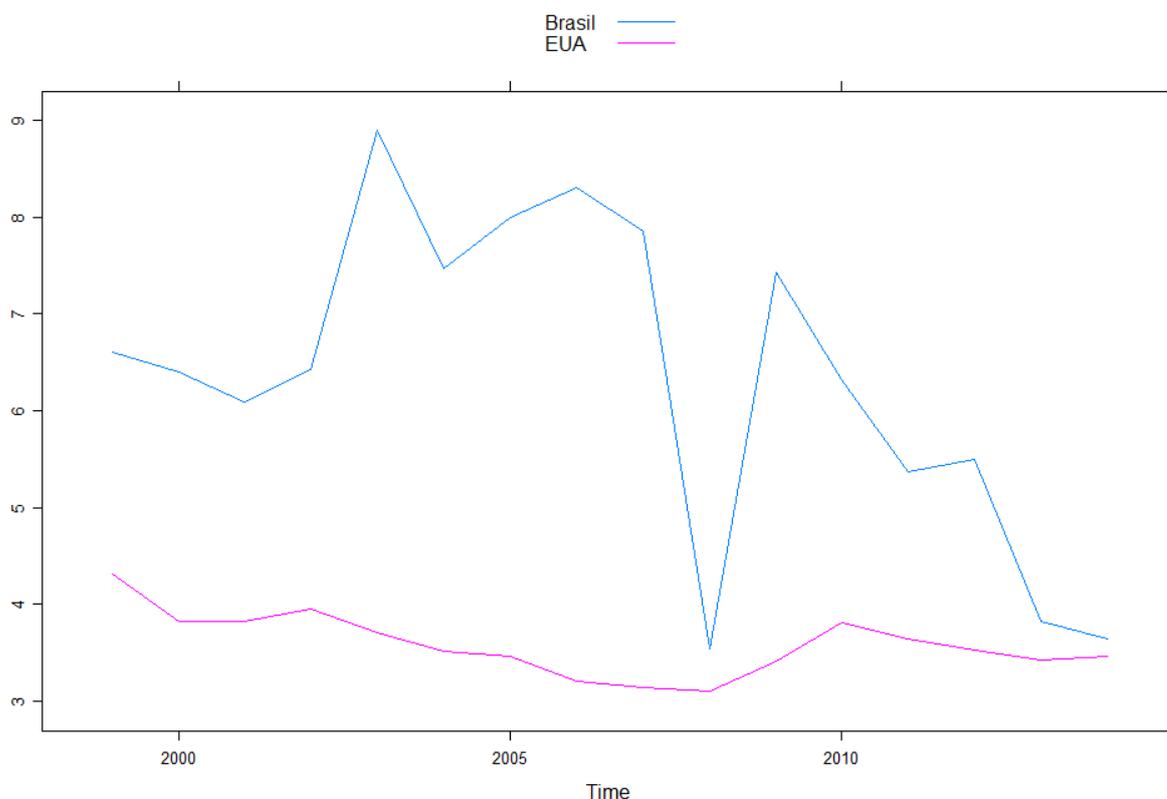
4.2 Margem financeira

O spread bancário é obtido com a diferença entre a taxa que o banco empresta dinheiro e a taxa que o banco tem que pagar para se obter o financiamento, portanto ele muitas vezes é confundido com o lucro do banco e não é bem isso. O que de fato pode ser chamado de medida de lucro bruto do banco é na verdade a margem financeira, um dos componentes do spread já mencionado, o qual é responsável por dar todo sentido ao sistema financeiro, na medida em que o lucro é a recompensa pela mediação da transferência de recursos de um agente superavitário para um agente deficitário.

A margem financeira então é a parcela do spread que de fato compõe o lucro bruto e, ao contrário do que muitos pensam, o Brasil não é um dos países que apresenta uma maior margem financeira. Na verdade, olhando para o site já anteriormente citado, o Global Economy, quando se fala em spread o Brasil ao longo dos anos assume várias vezes o top 5 dos países analisados na plataforma, enquanto que em termos de margem financeira ele fica bem abaixo disso muitas das vezes ao longo dos mesmos anos. Além disso o Brasil apresentou quedas expressivas ao longo dos anos na margem financeira, fazendo com que o país caísse consideravelmente no ranking (subindo um pouco em 2016), mas o mesmo não vale para os spreads, que de fato diminuíram, mas não de forma que o país caísse desse top 5 anteriormente mencionado.

Para se obter um melhor entendimento, basta olhar as 16 observações que vão de 1999 até 2014 dos indicadores de lucro dos bancos nos EUA e no Brasil no gráfico 5. Note que o lucro no Brasil de fato começa maior (em termos relativos) do que nos EUA, mas ao longo do tempo eles foram convergindo para um lucro (relativo) muito parecido. Apesar disso, o spread não, como já visto no gráfico 2.

Gráfico 7 Margem de Juros Líquida Brasil x EUA



Com essas informações, tudo nos leva a crer que o lucro dos bancos não é, unicamente, o responsável pelos altos spreads enfrentados no país. Também vale dizer que esse lucro depende bastante da competitividade, a qual será discutida mais à frente no trabalho, mas já adiantando que como o lucro caiu consideravelmente ao longo dos anos, provavelmente estamos experienciando um aumento considerável na competitividade, o que muito deve ter a ver com o crescimento de outras instituições financeiras que vem se tornando cada vez mais relevante no Brasil.

Ainda assim é irrefutável que eles importam para o nível do spread, sendo assim, a margem financeira será medida a partir da margem de juros líquida das instituições financeiras, sendo esse um indicador de lucro que mede a diferença entre a receita de juros gerada pelas instituições financeiras e o valor dos juros pagos aos seus credores em relação aos seus ativos.

Como já foi mostrado pelo BCB, a margem financeira é relevante na composição do spread, mas se o Brasil não apresenta uma margem financeira tão absurda, então por que o spread é tão acima dos demais países? Ao contrário do que muitos pensam, apesar de os bancos de fato apresentarem lucros significativos, as outras variáveis são bem importantes para a composição do spread, não se trata

simplesmente do lucro, como todas as outras empresas o banco também possui várias despesas que vão impactar no custo do produto final (no caso os juros).

4.3 Custos administrativos

. Verifica-se então que não é apenas o lucro do banco que faz com que o spread seja alto, sendo assim, como todos em os outros produtos, é necessário falar dos custos que jogam o preço (no caso os juros) para cima. Inicialmente vale mencionar os custos administrativos. Esses custos envolvem as despesas operacionais dos bancos, excluindo, portanto, os impostos.

Sendo assim, para se levar em conta essas despesas dos bancos, foi utilizado o índice de despesas gerais dos bancos, que é uma medida dos custos operacionais em relação a receita da empresa, mas exclui os custos atribuídos a produção de um bem ou serviço, ou seja, é exatamente o que queremos medir.

Os dados foram retirados da plataforma The Global Economy e seguem as mesmas especificações com relação a número de observações, período e frequência que os dados anteriormente apresentados.

4.4 Impostos

Muito parecidos com os custos administrativos, os impostos são um tipo de custo que é repassado para a população na hora da tomada de empréstimo, e como já foi estabelecido, é um dos principais componentes do spread bancário.

Os impostos levados em conta nessa análise são os impostos corporativos de cada país. Vale dizer que em alguns países a taxa paga por bancos é diferente (podendo ser maior ou menor) da taxa paga por outras empresas. Apesar disso, devido à escassez de dados históricos com relação a isso, foi necessário utilizar as taxas pagas por empresas em geral em cada país. Existe, portanto a possibilidade da relação entre as taxas de impostos e o spread ficar diferente do que ela realmente é. Apesar disso, em geral, os impostos dos bancos seguem de alguma forma o das demais companhias, sendo a relação entre impostos e spread deve ainda existir de forma significativa.

Vale mencionar o aumento dos impostos para bancos e outras instituições financeiras ainda esse ano (2021), o qual vai vigorar entre julho e dezembro, que deve

implicar em impactos no spread durante o período, visto que o imposto é uma das variáveis importantes para a determinação do mesmo.

Para os impostos, os dados ainda preservam a frequência, a periodicidade e o número de observações das demais variáveis.

4.5 Taxa de inadimplência

A inadimplência é a última variável apontada pelo banco central como um determinante do spread brasileiro que estaremos levando em conta.

Ao longo dessa seção (os dados) eu vim comparando os juros a um preço, e, essencialmente, os juros podem ser vistos como o preço do dinheiro ao longo do tempo, a questão é que, além de custos e competitividade, os juros são um tipo preço que também vai depender do risco de se emprestar o dinheiro.

A ideia é que quanto maior for a taxa de inadimplência em um país, maior é o risco no mesmo, portanto maior é o juro.

Muito se fala sobre inadimplência no Brasil, na medida em que em uma matéria da CNN feita por Adriana de Luca mostra que segundo a Serasa 62 milhões de brasileiros estão inadimplentes.

A inadimplência será medida levando em conta os empréstimos bancários inadimplentes em relação ao total de empréstimos brutos. Como em termos nominais pessoas jurídicas pegam emprestado um montante muito maior do que pessoas físicas, esses dados não vão refletir tão bem os números apontados pelo Serasa.

Ainda assim, o objetivo do trabalho é apontar o impacto do sistema jurídico no spread, sendo assim, como o spread levado em conta também não faz essa diferenciação e como o sistema jurídico também deve impactar no valor do spread para as empresas, pode-se assumir que ainda assim deverão ser encontradas as correlações esperadas, até porque a mesma premissa de que empresas pegam um montante muito maior emprestado vale para todos os países.

Dito isso, os resultados obtidos nesse trabalho podem estar subestimados em comparação a se só tratássemos de pessoas físicas, a inadimplência teria provavelmente um impacto maior, assim como o sistema jurídico, que é o responsável por garantir que, dentre outras coisas, o credor receba a obrigação.

Os dados sobre inadimplência também possuem a mesma frequência, período e observações que os anteriores.

4.6 Competitividade

Muito se fala na competitividade bancária no Brasil, muitos a culpam por ela ser insuficiente e ser responsável por gerar altos spreads bancários. Já foi argumentado que ela é de fato importante para a composição do spread, até porque o juro é um preço e quanto mais poder de mercado uma empresa tem, maior é o preço em que ela pode operar. Dessa forma a questão que fica é se o Brasil é de fato competitivo.

A primeira coisa a se levar em conta é que a competitividade tem forte impacto na margem financeira, além de impactar no spread. A segunda questão a ser considerada é que concentração e competitividade são coisas diferentes.

Ao longo do livro da FEBRABAN (edição de 2020), muito se discute sobre a competitividade bancária e muito se fala sobre ela ser a verdadeira culpada dos altos spreads bancários. A FEBRABAN argumenta que existe competitividade bancária no Brasil.

O ponto é que baixa competitividade normalmente indica alta concentração, mas o inverso não necessariamente é verdade. Apesar de termos poucos bancos sendo apontados como grandes e tendo uma considerável concentração neles, eles competem entre si e competem com outras instituições financeiras menores também.

Se a competitividade bancária impactasse tanto no spread, provavelmente, com o crescimento de outras instituições financeiras, especialmente das fintechs, o mesmo seria reduzido substancialmente devido ao aumento da competitividade, mas esse não foi o caso até agora.

Dessa forma podemos dizer que existe um nível de competição bastante significativo no Brasil e para demonstrar essa competição o indicador escolhido foi o indicador de Boone.

Como pode ser visto no Estudo Especial nº 55/2019 do BCB, o indicador de Boone é visto como a relação econômica entre concorrência e estrutura de mercado, visto que ele mede a sensibilidade da participação de mercado a variações do custo marginal.

Ele é calculado como a elasticidade dos lucros aos custos marginais, de forma que quanto mais negativo for o indicador de Boone, maior será o grau de competição.

Os dados para o indicador de Boone foram obtidos do World Bank e estão na mesma frequência, período que os demais, além de também possuírem 758 observações.

4.7 Leniência

Não existe ainda um indicador específico para se medir o impacto da leniência jurídica no spread bancário, sendo assim, foi necessário buscar subindicadores para que os efeitos do sistema jurídico fossem demonstrados.

As medidas em questão, diferentemente do resto da base de dados, são estáticas, ou seja, para todos os anos serão considerados os mesmos indicadores das variáveis a serem levadas em conta para cada país. Como são 58 países na amostra, teremos 58 valores para cada indicador, os quais serão associados as 758 observações na amostra.

As variáveis a serem levadas em conta são os seguintes indicadores:

- 1- Obtendo crédito;
- 2- Resolução da insolvência.

Todos os indicadores vêm do World Bank Group e são obtidos a partir de outros indicadores, sendo quantificados a partir de uma nota. Os indicadores foram selecionados baseado na sua relação com o sistema judiciário e com empréstimos.

4.7.1 Obtendo Crédito

Esse indicador possui 2 variáveis associadas a ele, sendo que uma mede a força dos direitos legais de tomadores e credores com relação a transações garantidas e a outra mede o acesso à informação de crédito.

Uma coisa que rapidamente se nota é que o acesso à informação de crédito, apesar de muito relevante para o spread, não denota forças ou fraquezas do sistema judiciário de uma forma direta, não que o sistema judiciário não tenha nenhuma relação com essa variável, mas essa variável por si só não representa uma relação direta do sistema judiciário com o spread.

Tendo isso em vista, ao invés de usar o indicador de obtenção de crédito eu optei por utilizar o indicador de força dos direitos legais.

4.7.2 Indicador de força dos direitos legais

Esse indicador demonstra o quanto as leis com relação a colateral e falência protegem os direitos dos devedores e dos credores, facilitando os empréstimos. São

levados em conta 10 aspectos com relação a direitos de garantias e 2 com relação a falências e todos com o mesmo peso. No final se obtém um indicador entre 0 e 12 para a força dos direitos legais.

4.7.3 Resolvendo a insolvência

Nesse indicador são levedos em conta o tempo, o custo e o resultado de processos de insolvência envolvendo entidades jurídicas, as quais são as variáveis utilizadas para calcular a taxa de recuperação dos credores. Depois se usa a taxa de recuperação e o índice de força da estrutura de insolvência para se obter o indicador por meio de uma média simples, o qual varia entre 0 e 100 e terá o resultado dividido por 100 para ficar na mesma casa decimal das demais variáveis dos dados (porcentagem).

4.7.3.1 Tempo e Custo

O tempo que os credores demoram para recuperar seu crédito dado em anos e o custo do processo é dado em porcentagem do valor da propriedade do devedor.

4.7.3.2 Taxa de recuperação

Dada em centavos por dólar recuperados por credores garantidos por meio de recuperação judicial, liquidação ou execução de garantias.

Índice de força da estrutura da insolvência

Ele é baseado em quatro outros índices:

- 1- Índice de início de processo, que varia de 0 a 3 com valores mais altos indicando um maior acesso ao processo de insolvência;
- 2- Gestão do índice de ativos do devedor, que vai de 0 a 6 com valores mais altos indicando um tratamento melhor dos ativos do devedor;
- 3- Índice de processos de reorganização, que varia de 0 a 3 com valores mais altos indicando maior conformidade com práticas aceitas internacionalmente;
- 4- Índice de participação do credor, que varia de 0 a 4 com valores maiores indicando maior participação dos credores ao longo do processo.

Esses são os dados a serem utilizados para medir a leniência do sistema jurídico, mas vale dizer que com esses indicadores eu vou estar medindo o oposto do que eu quero, isto é, vão estar medindo o quanto o sistema judiciário garante o crédito em cada país.

Dado o pressuposto no início da monografia, isso não é um problema, visto que uma maior garantia pode ser vista como uma menor leniência com o mal pagador. Dessa forma, espera-se que os resultados envolvendo esses indicadores sejam negativos, de forma que um aumento deles provoque uma diminuição no spread.

5. Metodologia

Agora vamos a metodologia utilizada no presente trabalho. Em suma eu tenho 3 objetivos:

- 1- Realizar a regressão linear múltipla com as variáveis que compõem o spread bancário;
- 2- Realizar uma regressão linear múltipla para os determinantes do spread com cada indicador do World Bank Group e verificar se existe correlação direta entre os indicadores e o spread.
- 3- Verificar as componentes que obtiveram uma maior alteração em seu parâmetro e realizar regressões simples para ver a correlação das variáveis que compõem o spread bancário com os indicadores do sistema judiciário, verificando se existe algum tipo de correlação indireta (via outras variáveis) entre os indicadores e o spread.

Para isso serão utilizados o R e os métodos estatísticos vistos ao longo do curso de economia.

5.1 Determinantes do spread bancário

Primeiramente eu vou utilizar a equação 1 para obter os parâmetros de cada variável determinante do spread bancário e ela é descrita da seguinte forma:

$$\text{spread}_i = \beta_0 + \beta_1.\text{margemfinanceira}_i + \beta_2.\text{custosadministrativos}_i + \beta_3.\text{impostos}_i \\ + \beta_4.\text{inadimplência}_i + \beta_5.\text{competitividade}_i + u_i$$

Essa equação vai ser utilizada para se fazer uma comparação com as equações 2 e 3 que vão levar em conta os indicadores jurídicos.

Espera-se que todas as variáveis da equação 1 sejam relevantes para explicar o spread.

5.2 Impacto da leniência na equação dos determinantes do spread

Nessa etapa eu vou acrescentar os dois indicadores a equação do spread separadamente e observar 2 coisas:

- 1- Se elas são relevantes para explicar o spread;
- 2- Se elas, ao serem acrescentadas, implicam em alguma alteração significativa dos demais parâmetros

Com isso temos:

Equação 2

$$\text{spread}_i = \alpha_0 + \alpha_1.\text{margemfinanceira}_i + \alpha_2.\text{custosadministrativos}_i + \alpha_3.\text{impostos}_i \\ + \alpha_4.\text{inadimplência}_i + \alpha_5.\text{competitividade}_i \\ + \alpha_6.\text{forçadosdireitoslegais}_i + e_i$$

Equação 3

$$\text{spread}_i = \gamma_0 + \gamma_1.\text{margemfinanceira}_i + \gamma_2.\text{custosadmnistrativos}_i + \gamma_3.\text{impostos}_i \\ + \gamma_4.\text{inadimplência}_i + \gamma_5.\text{competitividade}_i \\ + \gamma_6.\text{Resolução da Insolvência}_i + z_i$$

Se espera que as novas variáveis sejam significativas e que elas resultem em mudanças de alguns parâmetros, apontando um possível viés do parâmetro modificado.

5.3 Impacto da leniência nos determinantes do spread bancário

Por fim, o objetivo aqui é realizar a regressão simples de cada indicador em cada variável independente da base de dados e verificar possíveis efeitos indiretos no spread.

Teremos então as seguintes equações para se levar em conta:

Equação 4

$$\text{margemfinanceira}_i = \delta_0 + \delta_1 \cdot \text{forçadosdireitoslegais}_i + w_i$$

Equação 5

$$\text{custosadministrativos}_i = \varepsilon_0 + \varepsilon_1 \cdot \text{forçadosdireitoslegais}_i + v_i$$

Equação 6

$$\text{impostos}_i = \theta_0 + \theta_1 \cdot \text{forçadosdireitoslegais}_i + c_i$$

Equação 7

$$\text{inadimplência}_i = \vartheta_0 + \vartheta_1 \cdot \text{forçadosdireitoslegais}_i + r_i$$

Equação 8

$$\text{competitividade}_i = \mu_0 + \mu_1 \cdot \text{forçadosdireitoslegais}_i + q_i$$

Equação 9

$$\text{margemfinanceira}_i = \pi_0 + \pi_1 \cdot \text{ResoluçãodaInsolvência}_i + p_i$$

Equação 10

$$\text{custosadministrativos}_i = \rho_0 + \rho_1 \cdot \text{ResoluçãodaInsolvência}_i + m_i$$

Equação 11

$$\text{impostos}_i = \tau_0 + \tau_1 \cdot \text{ResoluçãodaInsolvência}_i + n_i$$

Equação 12

$$\text{inadimplência}_i = \varphi_0 + \varphi_1 \cdot \text{ResoluçãodaInsolvência}_i + l_i$$

Equação 13

$$competitividade_i = \omega_0 + \omega_1.ResoluçãodaInsolvência_i + s_i$$

Se espera alguns efeitos indiretos, especialmente com relação a inadimplência, mas não se espera que seja apresentada uma correlação com cada um dos determinantes do spread.

6. Resultados

Primeiramente a equação 1 deve ser analisada, a fim de ver os impactos causados por cada determinante do spread bancário.

Tabela 1 - equação 1

	Dependent variable:
	----- Spread -----
`Margem Financeira`	1.171*** (0.099)
`Custos Administrativos`	0.192*** (0.056)
Impostos	6.171** (2.851)
Inadimplência	0.102*** (0.038)
Competitividade	1.788*** (0.531)
Constant	-1.057 (0.902)

Observations	758
R2	0.265
Adjusted R2	0.260
Residual Std. Error	5.786 (df = 752)
F Statistic	54.248*** (df = 5; 752)
=====	
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A partir dos resultados obtidos, fica evidente a relevância de todas as variáveis que determinam o spread bancário segundo o BCB no spread, na medida em que todas, menos os impostos, são significativas a um nível de significância de 0,01, sendo os impostos também significativos, mas a um nível de 0,05 (vale lembrar que os resultados podem estar subestimados para os impostos). Além delas a competitividade apresentou um forte impacto, também com uma significância estatística de 0,01.

Apesar de tudo a competitividade está com um parâmetro positivo associado a ela, mas a interpretação precisa levar em conta que o que foi utilizado para medir a competitividade foi o indicador de Boone, o qual é, em geral, negativo e quanto mais negativo maior o grau de competitividade. Isso implica que, com um parâmetro associado a ele positivo, um indicador de Boone maior (menor grau de competitividade) implica em um maior nível de spread bancário.

O fato é que tudo isso já era esperado, afinal é o que já se tem como base. O próximo passo é acrescentar os indicadores do sistema jurídico a equação.

6.1 Resultados do Impacto dos indicadores na equação dos determinantes do spread

Tabela 2 - Equação 2

Dependent variable:	
Spread	
`Margem Financeira`	1.128*** (0.098)
`Custos Administrativos`	0.207*** (0.056)
Impostos	6.122** (2.823)
Inadimplência	0.082** (0.038)
Competitividade	1.554*** (0.529)
`Força dos direitos legais (0-12)`	-0.282*** (0.070)
Constant	0.800 (1.005)
Observations	758
R2	0.281
Adjusted R2	0.275
Residual Std. Error	5.728 (df = 751)
F Statistic	48.844*** (df = 6; 751)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Com essa tabela algumas novas informações são obtidas. Primeiramente, o indicador de força dos direitos legais impacta de forma significativa ao nível de 0,01 e negativamente, ou seja, quanto melhor a pontuação do país nesse indicador, menor seu spread bancário.

Sendo ele um dos indicadores jurídicos, e levando em conta os pressupostos no trabalho, pode-se começar a formular a ideia do impacto de um sistema judiciário

mais leniente no spread. Mas antes de concretizar essa ideia é preciso analisar também o que aconteceu com o outro indicador.

Outra coisa relevante que aparece nessa tabela é a mudança dos parâmetros quando comparados a tabela 1. A inadimplência perdeu sua significância ao nível 0,01 e agora só apresenta essa significância ao nível de 0,05. Isso pode indicar que o parâmetro relacionado a inadimplência estava viesado, pois ela possuía correlação com algo do erro que foi evidenciado agora com o acréscimo da força dos direitos legais.

Tabela 3 - Equação 3

Dependent variable:	
Spread	
`Margem Financeira`	1.001*** (0.126)
`Custos Administrativos`	0.190*** (0.056)
Impostos	7.352** (2.895)
Inadimplência	0.095** (0.038)
Competitividade	1.855*** (0.531)
`Resolução da insolvência`	-3.552** (1.625)
Constant	1.567 (1.501)
Observations	758
R2	0.270
Adjusted R2	0.264
Residual Std. Error	5.771 (df = 751)
F Statistic	46.230*** (df = 6; 751)
Note:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Muito parecido com o indicador anterior, a resolução da insolvência também se mostra significativa, mas dessa vez a um nível de 0,05 quando relacionada ao spread.

Ao passo que uma melhor resolução da insolvência representa em uma garantia maior de que o credor irá receber seus direitos, com um parâmetro negativo pode-se afirmar que garantir esses direitos diminui o spread e dados os pressupostos do início do trabalho, isso quer dizer que uma maior leniência com o mal pagador aumenta o spread.

Outra coisa interessante é que pela segunda vez verifica-se perda de significância por parte da inadimplência, isso pode significar uma forte relação desses indicadores com a inadimplência, conseqüentemente uma forte relação entre a inadimplência e o comportamento do sistema jurídico com relação ao crédito.

Agora para finalizar a argumentação de que o sistema jurídico possui impactos relevantes no spread bancário, basta verificar seus impactos nas variáveis que determinam o spread.

6.2 Resultados do Impacto dos indicadores nos determinantes do spread bancário

Analisando o impacto da força dos direitos legais nas variáveis que determinam o spread, se obtém os seguintes resultados:

Tabela 4 - Equações 4 a 8

	Dependent variable:				
	`Margem Financeira` (1)	`Custos Administrativos` (2)	Impostos (3)	Inadimplência (4)	Competitividade (5)
`Força dos direitos legais (0-12)`	-0.073** (0.029)	-0.001 (0.051)	0.0002 (0.001)	-0.235*** (0.067)	-0.012** (0.005)
Constant	4.026*** (0.193)	3.302*** (0.338)	0.281*** (0.006)	6.435*** (0.442)	0.016 (0.032)
Observations	758	758	758	758	758
R2	0.008	0.00000	0.0001	0.016	0.007
Adjusted R2	0.007	-0.001	-0.001	0.015	0.006
Residual Std. Error (df = 756)	2.443	4.287	0.075	5.609	0.404
F Statistic (df = 1; 756)	6.198**	0.0002	0.044	12.275***	5.667**

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

Os resultados apontam para uma correlação negativa com a competitividade e com a margem financeira ao nível de significância de 0,05.

A interpretação disso é que quando se olha para o indicador de Boone, uma maior força dos direitos legais (portanto menor leniência) implica em um indicador de Boone menor, o que indica uma maior competitividade, o que é de se esperar quando o credor tem menos risco ao efetuar um empréstimo.

Dado isso, faz todo sentido que quando relacionada com a margem financeira, uma maior força dos direitos legais implique em uma menor margem (menor lucro) para os bancos, provavelmente via um aumento na competitividade.

Mas a variável chave, sem dúvidas é a inadimplência. Como foi dito acima, com uma maior força dos direitos legais implica em um menor risco, o que por sua vez está relacionado com menos casos de inadimplência, visto que o devedor tem maior probabilidade de efetuar o pagamento.

Espera-se que algo parecido ocorra quando olharmos para a resolução da insolvência:

Tabela 5 - Equações 9 a 13

	Dependent variable:				
	`Margem Financeira` (1)	`Custos Administrativos` (2)	Impostos (3)	Inadimplência (4)	Competitividade (5)
`Resolução da insolvência`	-9.262*** (0.365)	-8.140*** (0.816)	0.058*** (0.015)	-4.826*** (1.132)	0.268*** (0.082)
Constant	9.589*** (0.245)	8.561*** (0.548)	0.245*** (0.010)	8.181*** (0.759)	-0.225*** (0.055)
Observations	758	758	758	758	758
R2	0.460	0.116	0.019	0.023	0.014
Adjusted R2	0.459	0.115	0.018	0.022	0.013
Residual Std. Error (df = 756)	1.803	4.030	0.074	5.587	0.403
F Statistic (df = 1; 756)	642.990***	99.466***	14.734***	18.191***	10.781***

Note:

*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

A resolução da insolvência apresentou correlação com todas as variáveis determinantes do spread bancário, vale lembrar que regressões simples estão bastante sujeitas a vieses, mas os efeitos mais expressivos da resolução da insolvência aparecem na inadimplência, na margem financeira e nos custos administrativos.

Os custos administrativos aparecem porque o indicador da resolução da insolvência leva em conta os custos de todo o processo para se obter os créditos que são de direito do credor.

Outro fator importante é que novamente o impacto na inadimplência é evidenciado, uma vez que uma resolução da insolvência maior está associada a uma resolução da insolvência maior.

Com relação ao imposto ser positivo, aparentemente a resolução da insolvência está associada a países que cobram um imposto maior, mas vale lembrar que os impostos corporativos podem não trazer a realidade, e a outra questão é que países como EUA, Japão, Bélgica e Alemanha (que apresentam altas resoluções da insolvência) tem impostos mais altos associados a eles ao longo do tempo (entre 1999 e 2007 no caso da Alemanha), o que pode justificar essa associação. Uma outra questão a ser levada em conta é que pode existir uma relação em que mais impostos cobrados podem justificar uma resolução da insolvência mais eficiente.

Sobre a competitividade, uma resolução da insolvência maior está associada a um indicador de Boone maior. Isso acontece simplesmente porque países como o Brasil, Nigéria e Venezuela, que possuem uma resolução da insolvência menor, possuem também um indicador de Boone estimado menor (segundo os dados do World Bank), mas isso pode não representar causalidade, afinal, o indicador de resolução da insolvência não leva em conta nenhum aspecto da competitividade bancária.

6.3 Impactos dos resultados para o Brasil

Foi evidenciada a existência de correlações entre os indicadores do sistema jurídico com o spread e os determinantes dele, mas agora, para dizer qual impacto isso tem para o Brasil, é necessário se fazer uma comparação desses indicadores entre os países da base de dados.

Com relação a força dos direitos legais, o Brasil apresentou uma nota 2 (max 12), o que atribui o país a uma posição bem baixa quando comparado com os demais.

Tabela 6 – Força dos direitos legais

Bolívia	0,00
Catar	1,00
Equador	1,00
Filipinas	1,00
Omã	1,00

Paraguai	1,00
Venezuela	1,00
Argentina	2,00
Brasil	2,00
Grécia	2,00
Holanda	2,00
Itália	2,00
Malta	2,00
Paquistão	2,00
Luxemburgo	3,00
Áustria	4,00
Chile	4,00
China	4,00
França	4,00
Islândia	4,00
Uruguai	4,00
África do Sul	5,00
Coreia do Sul	5,00
Croácia	5,00
Espanha	5,00
Japão	5,00
Noruega	5,00
Alemanha	6,00
Finlândia	6,00
Indonésia	6,00
Israel	6,00
Suíça	6,00
Inglaterra	7,00
Irlanda	7,00
Malásia	7,00
Peru	7,00
Polonia	7,00
República Tcheca	7,00
Suécia	7,00
Tailândia	7,00
Bélgica	8,00
Honduras	8,00
Hong Kong	8,00
Panamá	8,00
Singapura	8,00
Canadá	9,00
Hungria	9,00
Índia	9,00
Macedônia	9,00
Nigéria	9,00

Romênia	9,00
Rússia	9,00
Costa Rica	10,00
México	10,00
Austrália	11,00
Colômbia	11,00
EUA	11,00
Nova Zelândia	12,00

Olhando para a Resolução da insolvência, o Brasil é o país com o décimo quinto menor indicador.

Tabela 7 – Resolução da insolvência

Venezuela	18,50
Equador	25,50
Nigéria	30,60
Honduras	32,60
Costa Rica	34,60
Catar	38,00
Malta	38,30
Panamá	39,50
Argentina	40,00
Paraguai	42,10
Bolívia	42,30
Omã	44,00
Luxemburgo	45,50
Peru	46,60
Brasil	50,40
Grécia	53,10
Uruguai	53,60
África do Sul	54,60
Hungria	55,00
Filipinas	55,10
Croácia	56,50
Paquistão	59,00
Romênia	59,10
Rússia	59,10
Chile	60,10
Índia	62,00
China	62,10
Suíça	62,70
Hong Kong	65,70
Malásia	67,00

Indonésia	68,10
Nova Zelândia	69,50
México	70,30
Colômbia	71,40
Israel	72,70
Macedônia	72,70
Singapura	74,30
França	74,70
Polónia	76,50
Tailândia	76,80
Áustria	77,40
Itália	77,50
Austrália	78,90
Espanha	79,20
Irlanda	79,20
Suécia	79,50
República Tcheca	80,10
Inglaterra	80,30
Canadá	81,00
Islândia	82,00
Coreia do Sul	82,90
Bélgica	84,10
Holanda	84,40
Noruega	85,40
Alemanha	89,80
Japão	90,20
EUA	90,50
Finlândia	92,70

Dessa forma fica evidente que o Brasil ocupa um patamar baixo nos dois quesitos quando comparados aos outros 57 países e que, levando em conta os dois casos, isso pode indicar uma maior leniência com o mal pagador por parte do sistema jurídico brasileiro.

Sendo assim, conclui-se que quando se fala em políticas para reduzir o spread bancário no Brasil, não se pode esquecer das questões jurídicas, na medida em que o sistema como um todo precisa garantir que o credor receba seu pagamento por parte do devedor.

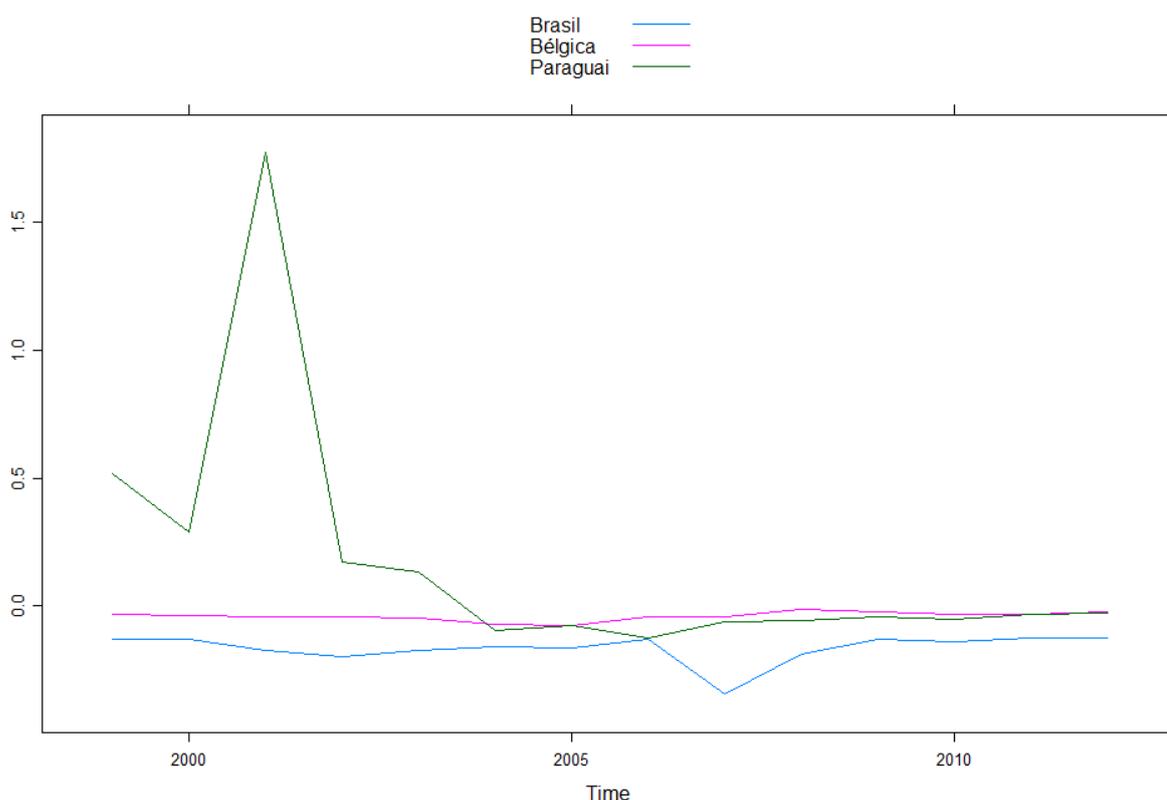
6.4 Competição bancária

Com relação a competição bancária, fica evidente que ela é importante para a determinação do spread, cabe então verificar se há ou não competição bancária no Brasil.

Ao longo da versão de 2020 do livro anteriormente citado da FEBRABAN, é argumentado que sim, há evidência de competição, mas vale enfatizar isso.

Para isso, foi feita uma breve análise do indicador de Boone, o qual foi utilizado para medir a competitividade e segundo o indicador a seguinte comparação pode ser feita com dados entre 2001 e 2014:

Gráfico 8 – Indicador de Boone Brasil x Paraguai x Bélgica



O Paraguai é um país com altos spreads e um altos indicadores de Boone ao longo dos anos, mas com quedas de ambos ao longo dos anos também, e a Bélgica é um país com baixos indicadores de Boone e baixos spreads ao longo dos anos.

Vale mencionar que o Brasil possui um spread mais alto que ambos, mas um indicador de Boone menor do que ambos ao longo dos anos.

O indicador de Boone impacta nos spreads, isso já foi evidenciado anteriormente, sendo assim, ser mais competitivo (dentro das premissas do indicador) não quer dizer necessariamente ter um spread menor, isso porque o spread depende de outros fatores, ou seja, a baixa competitividade é apenas um dos fatores que contribui para a redução do spread.

7. Conclusão

O presente trabalho tinha dois objetivos como principais, primeiro evidenciar a importância de um sistema jurídico que garanta o recebimento do credor e depois verificar os impactos dos resultados encontrados para o Brasil. Vale dizer que não foram buscadas medidas exatas com relação ao impacto do sistema jurídico no spread, mas sim indicadores relevantes que podem ajudar a apontar para alguma direção.

Ao final do trabalho as relações foram encontradas, os indicadores do sistema jurídico apresentaram forte relevância nos spreads bancários, além disso a inadimplência foi evidenciada como uma variável bastante afetada por uma maior leniência do sistema jurídico.

O indicador de inadimplência utilizado leva em conta pessoas jurídicas e físicas, como no Brasil os casos de default aparecem mais por parte dos consumidores, é possível que o efeito encontrado esteja subestimado se comparado com o mesmo efeito em uma possível avaliação levando em conta apenas pessoas físicas.

Os impactos vistos e os indicadores levantados mostram que o Brasil não pode se esquecer de olhar para as questões jurídicas que implicam em leniência com o mal pagador quando se fala em redução de spread bancário.

O assunto sem dúvidas ainda precisa ser mais explorado e debatido, de forma que o foco da discussão saia um pouco da competitividade bancária, a qual existe no Brasil apesar da concentração, e entre em outras questões que também precisam ser resolvidas para que se ocorra uma democratização do crédito.

8. Referências

DUARTE, Sílvia Patrícia da Silva; COSTA, Edward Martins; ARAÚJO, Jair Andrade. O microcrédito como estratégia de redução da pobreza no nordeste brasileiro: Uma avaliação a partir do programa Agroamigo. Revista Espacios, Caracas, v. 38, n. 8, p. 6-15, 2017.

LEVINE, ROSS. FINANCE AND GROWTH: THEORY AND EVIDENCE, Department of Economics, Brown University and the NBER, 64 Waterman Street, Providence, RI 02912, USA

Wikipédia, a enciclopédia livre, Lista de países por PIB nominal per capita, Wikipédia, Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_pa%C3%ADses_por_PIB_nominal_per_capita

IMF DATA access to macroeconomic & financial data, Interest Rates Indicators, International Monetary Fund, Disponível em: <https://data.imf.org/?sk=4C514D48-B6BA-49ED-8AB9-52B0C1A0179B&slid=1409151240976>

The Global Economy, Disponível em:

<https://www.theglobaleconomy.com>

Trading Economics, Disponível em:

<https://tradingeconomics.com>

Deposit Accounts, Historical CD Rates: How Things Have Changed Since the 1980s, Deposit Accounts, Disponível em: <https://www.depositaccounts.com/blog/historical-cd-rates.html#TheFederalFundsRateandCDRates>

Relatório de Economia Bancária, 2019 – Decomposição do custo de crédito e do Spread, pg.82

KPMG, Tax Rates Online, Disponível em:

<https://home.kpmg/xx/en/home/services/tax/tax-tools-and-resources/tax-rates-online.html>

KPMG's Corporate Tax Rate Survey – January 2003

KPMG Corporate Tax Rate Survey — January 2001

Adriana de Luca, da CNN, em São Paulo, Número de brasileiros endividados tem nova alta em abril, 08 de maio de 2021 às 22:33 | Atualizado 08 de maio de 2021 às 22:40

DataBank World Developments Indicators, The World Bank, Disponível em:

<https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&series=FB.AST.NPER.ZS&country=BRA>

Doing Business, The World Bank Group, Disponível em:

<https://www.doingbusiness.org/en/doingbusiness>

FEBRABAN, COMO FAZER OS JUROS SEREM MAIS BAIXOS NO BRASIL

Estudo Especial nº 55/2019 – Divulgado originalmente como boxe do Relatório de Economia Bancária (2018), Estimação de indicadores de concorrência, BCB